



**IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
V SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
IV CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Fundamentos do Serviço Social

**Supervisão e estágio supervisionado em defesa da formação
com qualidade**

Amanda Lopes de Oliveira¹
Rafaella Peres Ennes de Souza²

Resumo: O artigo aborda as contribuições do estágio supervisionado para a formação de qualidade em Serviço Social. Evidencia experiências e reflexões do encontro entre estagiária e supervisora de campo num equipamento público da política migratória de São Paulo. A partir do resgate da gênese do Serviço Social, aponta o amadurecimento da categoria profissional dialeticamente ao contexto histórico no Brasil. Por fim, destaca a unidade teoria-prática como elemento inerente ao processo ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: Estágio Supervisionado; Supervisão de Campo; Ética; CRAI.

Abstract: The article covers the contributions of supervised internship to quality training in Social Service. It shows experiences and reflections of the meeting between the intern and supervisor on a public organization of São Paulo migration policy. From the rescue of the genesis of the Social Service, the maturation of the professional category is pointed out dialectically in the historical context of Brazil. Finally, it highlights the theory-practical unity as an element inherent to the teaching-learning process.

Keywords: Internships; Social Work Intern; Ethic; CRAI.

¹ Assistente Social, Centro de Referência e Atendimento ao Imigrante (CRAI), Bacharela em Serviço Social UNIP, amandaalo@icloud.com. Primeira estagiária de Serviço Social no CRAI, de agosto a dezembro de 2021.

² Assistente Social, Centro de Referência e Atendimento ao Imigrante (CRAI), Mestra em Serviço Social PUC-SP, rafaellaennes@gmail.com



1. INTRODUÇÃO

O estágio supervisionado em Serviço Social aproxima a estudante à prática profissional, ampliando as possibilidades de reflexão sobre a realidade social, os desvelamentos cotidianos, as dimensões políticas da instrumentalidade, da ética e das atribuições da assistente social, para citar alguns. O encontro entre estudante e supervisoras – de campo e acadêmica – se torna espaço fecundo para as formações profissionais de ambos os sujeitos, especialmente porque relaciona as dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa. Além de somar em defesa da formação crítica e com qualidade.

Para evidenciar as contribuições do estágio supervisionado, este artigo buscou sistematizar algumas das reflexões conjuntas entre supervisora de campo e estagiária a partir de suas experiências no Centro de Referência e Atendimento ao Imigrante (CRAI). O CRAI é um equipamento público municipal, lotado na Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania da cidade de São Paulo. Compõe a política municipal para a população migrante e possui como competência institucional orientar a população migrante sobre seus direitos de cidadania, e apoiar a rede pública para a qualidade do acesso dos imigrantes aos seus direitos.

O artigo está organizado de modo que inicialmente recuperamos a gênese do Serviço Social destacando a legitimidade da categoria através da nossa história. Na sequência, introduzimos as contribuições do Serviço Social na política migratória com ênfase em debates que dialogam com a análise. Após, serão apresentadas as considerações da primeira experiência de estágio supervisionado no CRAI, como resultados apontados a partir da perspectiva da estagiária e da supervisora de campo.

2. SERVIÇO SOCIAL: BASES HISTÓRICAS

O período histórico brasileiro conhecido como Segunda República, entre os anos de 1930 a 1937, é marcado pela construção de uma nova sociabilidade direcionada a “modernizar” a força produtiva brasileira para se enquadrar aos preceitos do capitalismo (Filho, 2013), significando a intensificação do ordenamento industrial no Brasil. Díspar à conjuntura europeia, o Brasil da década de 1930 mantinha os resquícios da cultura escravista, marcas do passado recente, herança inserida nas relações econômicas e sociais construindo uma sociabilidade com características particulares (Schwarcz, 2019).



Com a introdução do Brasil à economia capitalista, constatamos a estratificação das classes sociais e, em paralelo, as desigualdades sociais se solidificam. O novo modelo econômico que se aprimorou visando às produções de mercadorias em massa construiu novas desigualdades, que seriam compreendidas, posteriormente, como expressões da questão social³ (Netto, 2013).

Pioneira na intervenção das expressões da questão social a partir do assistencialismo e da caridade, a Igreja Católica no Brasil organizou politicamente os estudos e ações dentro deste cenário. De modo que, concisamente, a partir dos Centros de Estudo de Ação Social (CEAS) em São Paulo e do Grupo de Ação Social no Rio de Janeiro, ambos braços da Igreja Católica, surgem as primeiras escolas de Serviço Social no Brasil (Silva, Silva e Junior, 2016).

O Serviço Social emergiu evidenciando a existência de um *problema* social que necessitava da intervenção estatal. Apesar disso, de acordo com Soares (2017), a profissão despontou em bases teóricas norteadas pela filosofia de Tomás de Aquino, ou seja, assimilava as expressões da questão social a partir de uma concepção moral. Essa concepção atribuiu ao Serviço Social o papel de “ajustar” a classe operária e suas famílias à ordem social vigente, atuando enquanto agente de controle pela ordem hegemônica.

A partir da política do Estado Ditatorial, entre os anos de 1965 a 1984, se consolida a necessidade de cientificação do arcabouço teórico que norteia a profissão. Isso ocorre, pois o Estado orientado a ajustar os padrões de desenvolvimento econômico e social às necessidades imperialistas, valorizava a aproximação entre ciência e conhecimentos técnicos. Nesse momento, o positivismo é vislumbrado como possibilitador de uma modernização das práticas profissionais, sobretudo das assistentes sociais.

Contudo, esse processo de aproximação da categoria de Serviço Social com outros campos do saber visando tecnificar-se, acabou se mostrando como um caleidoscópio de propostas teórico-metodológicas (Netto, 2017), surgindo diversas vertentes de pensamento dentro da profissão. Transformando-se em um terreno fértil para um repensar sobre o direcionamento da categoria.

O fim da Ditadura Militar é consequência das lutas sociais que inauguram um novo período histórico. Emerge uma sociedade em que há a construção dos direitos sociais. Sociedade essa que cria terreno para a aproximação do Serviço Social com referências críticas, de modo que a categoria se aproxima e, posteriormente, adota o materialismo histórico-dialético para o direcionamento crítico da profissão, à luz da emancipação humana.

³A questão social, seria um fenômeno intrínseco ao capitalismo, se expressando pela acentuação das desigualdades econômicas-sociais, desemprego, fome, desproteção das crianças, idosos, dentre outras expressões. De acordo com Netto (2013), concisamente, a questão social seria as contradições sociais que, mesmo sendo tidas como objeto de intervenção, poderiam ser amenizadas ou reduzidas, mas nunca eliminadas da sociedade burguesa.



A década de 1990 é para o Serviço Social brasileiro o momento de amadurecimento e consolidação desse novo direcionamento profissional. Outorgada a Lei nº 8.662 de 7 de junho de 1993 que regulamenta a profissão, o Código de Ética profissional, também em 1993, que avança e solidifica o debate em curso com o Código de Ética de 1986; a construção do currículo da graduação da formação em Serviço Social pela ABEPSS que posteriormente sustentará a formação profissional a partir da concepção teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativa. Isso é, não ocorre somente a aproximação com a linha marxista, mas a sua adoção enquanto ferramenta de estudo e intervenção profissional.

Com essa transformação, o Serviço Social enquanto categoria profissional compreende a questão social como contradição no sistema capitalista, para isso apropriando-se da dialética como forma de compreensão da totalidade social. Deste modo, há uma modificação substancial no interior da categoria. Apesar dos avanços ocorridos na sociedade brasileira com a conquista de direitos sociais assegurados pela Constituição de 1988 e os avanços dentro da categoria profissional, com a década de 1990 se introduz no Brasil, enquanto reflexo mundial, a contra “reforma” neoliberal (Behring e Boschetti, 2016).

Essa contra “reforma”⁴ desconsidera as lutas sociais das décadas anteriores, em especial, no terreno da Seguridade Social e introduz reformas no texto constitucional a partir de desmontes com destaque para as privatizações de empresas estatais e na materialização de políticas de proteção social pouco efetivas para a classe trabalhadora. A adoção do direcionamento neoliberal no Brasil iniciou na década de 1990, todavia é um processo em curso.

Nesse cenário, novas expressões da questão social somam-se ao passo que são concebidas políticas sociais defasadas incapazes de responderem às desigualdades sociais. O assistente social enquanto trabalhador assalariado enfrenta em seu fazer profissional as precarizações presentes nesse contexto histórico. Isto é, o direcionamento neoliberal incide na atuação profissional tanto na falta de possibilidades para o enfrentamento das expressões da questão social, como também, incide na qualificação do trabalho. Pontos esses que, convergindo com Raichelis (2011), tensionam a materialização do projeto ético-político empregado pela categoria.

Compreender o desdobrar histórico se mostra fundamental para adentrarmos ao objetivo deste artigo. Essa afirmativa carrega consigo o fato de que todo o processo de formação até a prática profissional é reflexo deste desdobrar histórico. Aproximando-nos do

⁴Destacamos que as autoras Behring e Boschetti (2016, 148) compreendem que a terminologia “reforma” dentro desse contexto sócio-histórico brasileiro pode ser questionada por se tratar de uma apropriação de um movimento de esquerda pela direita neoliberal. Contudo, o sentido adotado se dá visando demonstrar a nomenclatura que o próprio Estado utilizou para denominar as modificações substanciais com direcionamento neoliberal que foram empregadas pelo Estado a partir de 1990.



exposto debate, abordamos o desenvolvimento do estágio supervisionado embrincando na política migratória como importante espaço de aprendizagem da totalidade social. Dessa forma, em seu processo, carregou consigo as contradições postas aos assistentes sociais, desde seu processo de ensino, até a prática profissional.

2.2 SERVIÇO SOCIAL E MIGRAÇÃO

Em busca de valorizar a experiência do trabalho das assistentes sociais no Centro de Referência e Atendimento ao Imigrante (CRAI), depreende-se legítima produção de conhecimento na área das migrações à medida que cotidianamente somos confrontadas tanto pelas demandas dos atores migrantes, como pelas políticas sociais. Cotidiano, conforme Heller (2008), enquanto arena potente para o desvelamento das aparências, oportuno para o movimento dialético do abstrato ao concreto, alcançando a essência do objeto (Netto, 2009). Mediações possíveis, consequências da trajetória do Serviço Social na história, possibilitando a construção de instrumentos críticos de leitura e intervenção na realidade dinâmica⁵.

Pelo exposto, podemos refletir acerca das particularidades do trabalho do Serviço Social inserido na temática migratória. Seja ele diretamente envolvido com os sujeitos migrantes, com as políticas migratórias, ou em ambos os espaços, além daqueles que transversalizam e de algum modo encontram o elemento migração. Algo que frequentemente somos interpeladas: quais são as singularidades do trabalho das assistentes sociais quando há o projeto migratório como objeto central constitutivo?

Diálogos em construção nos respondem o seguinte: a formação continuada em Serviço Social nos capacita a perceber possibilidades interventivas em nossas práxis profissionais a depender das nossas áreas de atuação que embora requeiram pedagogias diferenciadas, não podem se distanciar daquilo que é atribuição e competência máxima para o trabalho ético e de qualidade da nossa identidade profissional. Ou seja, podemos compartilhar saberes descobertos inerentes à rotina institucional do CRAI aliada aos esforços da oitiva atenta e orientações sociais encaminhadas entre nós e sujeitos migrantes. Todavia esse exercício já é anteriormente mediação crítica esperada por quaisquer assistentes sociais comprometidos com o Projeto Ético Político Profissional.

⁵Ver Barroco (2012) como uma importante leitura para aprimorar nossa capacidade de mediar à ética no cotidiano do nosso trabalho. Compreender a ética como um processo histórico, nos aproxima da emancipação que buscamos coletivamente alcançar.



Isso significa que não devemos compactuar com a fragmentação da investigação crítica, tampouco corroborar para um trabalho setorializado. Igualmente na política migratória, necessitamos articular a totalidade como método de análise, recuperando a unidade dialética entre teoria e prática e transversalizando os saberes generalistas que nos capacitam assistentes sociais.

Em sequência ao raciocínio, concordamos com Lanza e Faquin (2021) e Souza (2021) e destacamos a cultura como um elemento central no trabalho e na pesquisa social⁶ em imigrações. O universo das populações migrantes é plural. Pessoas de uma mesma etnia possuem experiências inúmeras, são grupos heterogêneos, apontando que as abordagens metodológicas estejam atentas para tal. Assim, há significativo interesse das assistentes sociais em considerar qual noção de direitos, cidadania, políticas sociais o sujeito migrante parte (e se há alguma compreensão sobre) tendo em vista a adequada orientação sobre acesso aos direitos e serviços, e outras articulações necessárias para a promoção da autonomia de vida dos sujeitos migrantes.

Para isso é fundamental considerar os elementos culturais trazidos na formação de vida desses cidadãos, o que exige atenção e sensibilidade profissional, ademais, também abre espaço para o diálogo. Tarefa complexa, pois não esqueçamos que nós – sujeitos assistentes sociais – somos um compósito cultural também heterogêneo, ocupando espaço em nosso encontro com o sujeito migrante. Além disso, direcionados para a materialização de um Projeto Ético Político homogêneo em disputa com diversos projetos societários, sobretudo o burguês.

Desse modo, busca-se a oitiva atenta e participativa durante os atendimentos sociais para estabelecer comunicação profissional capaz de trocar informações qualificadas. Esse espaço é repleto de desafios, e exige identificar alteridades culturais – convergindo com a leitura de Pereira (2000), sobre a construção pluriétnica do Brasil⁷ – sobre as mensagens compartilhadas, tendo em vista as diversas dimensões presentes para o alcance exitoso dos objetivos propostos. Quando há a oportunidade de discutir racismo, xenofobia, violência de gênero, é preciso reconhecer que importantes assuntos como esses podem não ser reconhecidos e identificados pelos cidadãos migrantes, pois falamos de contextos culturais diversos.

⁶ Importa ressaltar que compreendemos as categorias trabalho e pesquisa indissociáveis para a profissional de Serviço Social.

⁷ Segundo Pereira (2000) a sociedade pluriétnica brasileira foi conceituada como integracionista, assimilacionista e miscigenacionista conforme o contexto relacional – estrutural ou social, cultural e biológico, respectivamente. Vale a consulta do artigo, sendo ele referência para avolumar a percepção crítica sobre a influência da ideologia hegemônica brasileira para com a desqualificação das alteridades culturais, centralizando a democracia racial.



Diante disso, violações de direitos podem não ser percebidas como violências (por exemplo, o trabalho análogo à escravidão e por vezes situações que envolvem o tráfico de pessoas), bem como direitos podem ser percebidos como benesses. Assim, é primordial utilizarmos instrumentais técnicos operativos, se possível, figuras e imagens quando necessários, para facilitar o processo pedagógico e a compreensão do significado político da cidadania, dos direitos, das políticas públicas e sociais.

É bastante comum o desconhecimento do conjunto de garantias de direitos pela população brasileira, portanto, ao longo do processo de integração local e social as populações migrantes em suas diversidades étnicas também serão surpreendidas por essas informações. Compreende-se que o trabalho do Serviço Social no CRAI consiste em contribuir através de orientações sociais, estímulos à autonomia, para reforçar a qualidade e dignidade de vida dos cidadãos migrantes. É importante que esse trabalho esteja direcionado a cooperar com reflexões críticas, apoiar apreensões e conhecimentos, aliado ao desempenho do trabalho desenvolvido por toda a rede de proteção social e atendimento, tendo em vista o acesso universal e respeitado aos direitos pela população migrante.

O poder de autonomia e de cidadania da população migrante é fortalecido, quando bem atendidos e orientados, pelos diversos equipamentos da rede. Informações coerentes com a atual realidade de precarização das políticas públicas, respeitando a veracidade ética das informações e pautada pelo compromisso de luta e defesa desses direitos, são potentes instrumentos para fomentar o sentimento de pertencimento e participação social entre os grupos migrantes e deve ser visualizado como possibilidade.

3. ESTÁGIO SUPERVISIONADO: APROXIMAÇÃO AO COTIDIANO PROFISSIONAL

Considerando que a formação em Serviço Social é fundamentada por um arcabouço teórico crítico e materializa-se através de instrumentalidade específica, o estágio supervisionado é um momento basilar no processo ensino-aprendizagem. Nesse sentido, o estágio para a formação em Serviço Social se caracteriza como uma ferramenta que potencializa a percepção entre teoria e prática.

A teoria só existe em relação à prática e esta por sua vez é o fundamento da teoria. É somente a partir desta concepção de teoria e de prática que a profissão de Serviço Social poderá intervir na realidade a partir de um fundamento teórico que aponte para escolhas metodológicas éticas, direcionadas por uma postura política crítica e consciente, articuladas a partir de seu arsenal técnico operativo (MEDEIROS, 2016, p.357).



Concordamos com Forti e Guerra (2016) e Medeiros (2016) de que a dicotomia entre teoria e prática é uma análise pragmática e teoricista da prática profissional. O estágio é o momento no qual a/o estudante exercita a mediação entre as dimensões investigativa, crítica e interventiva da profissão. Dessa maneira, destacamos que a relação entre supervisor de campo e estudante compõe a dinâmica no processo ensino-aprendizagem e uma boa relação interpessoal baseada em diálogos e espaços para questionamentos é fundamental para alcançar os objetivos propostos por uma formação de qualidade.

A estagiária é introduzida à dinâmica profissional já instituída, sua presença tensiona o cotidiano institucional. Todavia, evidenciando a nossa experiência de estágio, a relação amistosa mantida entre a estagiária, a supervisora de campo e a supervisora acadêmica se mostrou fundamental para o estágio ser vivenciado de modo a contribuir para o desvelamento da prática profissional, compreender a inserção da assistente social numa equipe multiprofissional, a precarização do trabalho, por exemplo. Isso como consequência dos ambientes de diálogos, elementos indispensáveis para a superação do cotidiano e respectivas contradições.

Outrossim, o esforço da supervisora de campo à constante atualização, somado à compreensão crítica do estágio supervisionado é essencial para que a/o estudante compreenda o estágio supervisionado como base da formação. Essa diretriz precisa estar em evidência, pois a dinâmica cotidiana, a correlação de forças institucionais e a precarização do trabalho podem tensionar para que o estágio seja categorizado como simples mão de obra excedente.

Algumas ferramentas para a construção crítica do estágio foram as reflexões sobre os atendimentos sociais; espaços de leitura e pesquisa; análises sobre os enfrentamentos presentes no cotidiano profissional; recuperação histórica da construção das políticas migratórias, entre outras. Direcionamentos esses que reforçaram a compreensão do estágio enquanto momento de aprendizado. Nessa direção, não se pode deixar de mencionar a importância que a construção do portfólio⁸ de estágio dispôs, porque apesar do documento ser uma ferramenta de avaliação, o instrumental se mostrou como fundamental para a compreensão das particularidades do campo de estágio e para a reflexão da práxis profissional dos assistentes sociais no espaço ocupacional.

Em especial, pelo CRAI ser um equipamento de referência e particularmente novo, o processo de construção do portfólio referenciou não somente pesquisas teóricas, mas

⁸O portfólio de estágio é um instrumento avaliativo e obrigatório para aprovação nas matérias de supervisão de estágio da Faculdade de Serviço Social da UNIP-SP. A construção do documento se dá a partir da orientação do supervisor de campo e supervisor acadêmico, sendo o Plano de Trabalho um dos eixos que o compõem. Para sua construção, a estagiária e a supervisora de campo alinham expectativas sobre o processo de aprendizagem no espaço sócio-ocupacional.



também a memória institucional presente nos relatos dos trabalhadores do serviço. Fator fundamental para compreender o avanço da política migratória a partir dos desafios atravessados pelos profissionais que atuaram e atuam em busca de responder aos obstáculos surgidos em contextos específicos, por exemplo, ao acompanharem famílias imigrantes que vivem em ocupações de patrimônio, conforme relatado por Defendi e Cordeiro (2018) e denominado Projeto CRAI Ocupa.⁹

O movimento de pesquisa e apropriação da historicidade do CRAI e da temática imigração é fundamental para perceber a dimensão cultural enquanto construção sócio-histórica. Para tanto, a adoção do materialismo histórico-dialético como ferramenta de análise conduz a estudante a compreender os relatos das famílias atendidas no equipamento a partir da mediação entre trajetórias de vida, compreensão cultural e a totalidade. Resultando na compreensão dos contextos que permeiam a migração internacional e respectivas competências das assistentes sociais na política migratória.

Pelo exposto, defendemos que a experiência de estágio supervisionado foi vital para a formação profissional. Compreender a experiência como exitosa, no entanto, não significa que a atuação profissional das assistentes sociais e o próprio processo de estágio estão isentos de contradições. O projeto ético-político profissional direcionado à defesa intransigente dos direitos humanos e emancipação humana, além da própria legitimidade profissional, no cotidiano, se deparam com as precarizações do trabalho e o direcionamento neoliberal das políticas públicas.

Portanto, a experiência do estágio se constrói nesse terreno paradoxal e dialeticamente é enriquecido à medida que refletimos coletivamente sobre tais contradições. No entanto, o ganho para a formação profissional se localiza nas mediações visando o desvelar desta realidade e a sua confrontação, pois assim como bem posto por Medeiros (2016), ao compreender o movimento e a direção da realidade é possível identificar os obstáculos que atravessam à práxis, processo capaz de romper com as posturas pragmáticas e conservadoras.

4.SUPERVISÃO DE ESTÁGIO: EXPERIÊNCIAS E DESDOBRAMENTOS

⁹Recomendamos a leitura de Defendi e Cordeiro (2018) para uma leitura inicial sobre a construção da política municipal para migrantes em São Paulo (SP) e compreender alguns desafios enfrentados pelas famílias recém-chegadas à cidade e dependentes de políticas de proteção social.



Introduzir a experiência do estágio acadêmico em Serviço Social partiu da iniciativa da própria equipe de assistentes sociais com a finalidade de ampliar a interlocução, tanto da política migratória como institucional, com a universidade. Em paralelo, a supervisão de campo tem como um dos propósitos fomentar a autonomia profissional a partir da seguinte perspectiva: o processo de ensino-aprendizagem e a formação continuada através da supervisão de estágio podem ser compreendidos como uma possibilidade de compromisso político em consonância com a unidade teoria-prática.

Em busca de uma experiência exitosa, espera-se da supervisão de campo rigor teórico, ético e metodológico – construídos ao longo da dedicação e do compromisso observando o direcionamento do Projeto Ético Político e a totalidade da reprodução das relações sociais. Elementos substanciais para a devida articulação com a Resolução CFESS nº 533 de 2008, responsável pela regulamentação da supervisão direta de estágio, e com a Política Nacional de Estágio em Serviço Social/PNE, ABEPSS, elaborada em 2010.

A supervisão de estágio em nossa experiência é oportuna para a defesa do ensino superior com qualidade simultânea ao combate do praticismo interventivo, vazio de mediações críticas e pautado na imediaticidade (IAMAMOTO, 1992). Nesse íterim compreendemos que a supervisão de estágio se materializa à medida que a autonomia relativa da assistente social se objetiva. Recuperando lamamoto (2007), a autonomia relativa é qualificada pela potência política necessária para a realização das atribuições e competências que nos tornam assistentes sociais, significando que devemos percebê-la muito mais como possibilidade do que como limite (IAMAMOTO, 2015).

Portanto, a oportunidade de supervisão de estágio em um ambiente institucional ameaçado pela lógica neoliberal e organizado pela racionalidade cartesiana cálculo custo/benefício, conforme interpretado em Menezes e Lustosa (2016), onde importa sobremaneira a quantidade de atendimentos não necessariamente garantindo a qualidade e a finalidade dos mesmos, se realiza como um espaço robusto para compor o amadurecimento a envolver a dimensão intelectual-crítica e a autonomia relativa, tanto da profissional como da estudante acadêmica.

Destacando a perspectiva da assistente social, compartilhamos que a supervisão de estágio inaugurou uma esfera de reflexões críticas acerca do cotidiano de trabalho do Serviço Social na instituição em destaque, por meio do diálogo. Convergimos que o ambiente social é tensionado pelo encontro entre assistente social e estagiária, repercutindo numa interlocução fecunda. Vejamos:

A interlocução do Serviço Social com o referencial teórico crítico-dialético confere à supervisão o espaço de troca de conhecimento entre os atores envolvidos, no qual todos têm conhecimento e/ou experiências para trocar, ensinar e aprender. Nesse sentido, a relação ensino-aprendizagem numa



perspectiva de unidade do diverso passa a ser entendida como processo contínuo de construção de conhecimentos e saber profissional alinhado ao projeto de profissão (CAPUTI, 2016, p. 392).

Juntas refletimos sobre as condições salariais postas aos assistentes sociais não condizentes com as exigências e respectivas responsabilidades que se acumulam entre plantões sociais, articulação com os demais equipamentos e componentes da rede, encaminhamentos demandados por ofícios do poder judiciário, planejamento e gestão de políticas públicas, (para citar algumas) ao passo que todas essas atividades requerem capacidade de reflexão teórica e adequada sistematização.

Está em voga a importância do aprimoramento intelectual constante, item basilar para a qualidade do serviço realizado pela categoria profissional, ainda que o movimento de busca pelo conhecimento não seja valorizado, tampouco mensurado como trabalho produtivo. Aliás, o conhecimento intelectual é essencial para nos afastar do praticismo, mencionado por lamamoto (1992), e da execução terminal de políticas sociais, explicitada por Netto (2005). Ao contrário, corrobora para intervenções críticas embasadas conjuntamente nas dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política.

Procuramos consolidar o processo ensino-aprendizagem organicamente entre a supervisora e a estagiária considerando também a supervisão acadêmica. Concordando com Ortiz (2016) a supervisão de estágio é um momento central de formação, estimulando o desenvolvimento do caráter pedagógico presente nas competências da assistente social e incentivando o pensamento fundamentado no materialismo-histórico-dialético tão caro para o aprimoramento profissional dos sujeitos envolvidos: assistente social e estudante.

5. CONCLUSÕES

Ao longo do exposto no texto temos defendido o espaço do estágio supervisionado em Serviço Social como central para a formação crítica e com qualidade. Partimos da perspectiva que teoria e prática conformam uma unidade elementar no processo de ensino-aprendizagem sendo, portanto, indissociáveis para a construção de reflexões capazes de desvelar o cotidiano profissional.

Cotidiano que exige intervenções estratégicas, contudo preenchidas de arcabouço teórico e político acumulado pela assistente social e em conformidade com o Projeto Ético-Político. Na ocupação de supervisora de campo necessita capacitação e constante investimento formativo para facilitar o processo de estágio através da dimensão pedagógica, investigativa e interventiva.



Contando com um relacionamento profissional e amistoso a favorecer o diálogo, o encontro entre estagiária e supervisora de campo são possibilidades da autonomia relativa, componente tão caro à categoria de assistentes sociais. Neste aspecto, o Projeto Ético Político Profissional é norteador e simboliza tanto o amadurecimento da profissão como nos desafia a superar as contradições presentes no cotidiano. Conforme Caputi:

Pensar o processo de supervisão coerente com o projeto ético-político requer afirmar compromisso com a concepção de luta pela efetivação da educação como instrumento de transformação da vida social, mediada por lutas e resistências aos ditames do capital, e que pode possibilitar uma educação libertadora, permanente, emancipadora e não engastada na lógica do ideário neoliberal que atravessa este momento histórico da sociedade brasileira. (CAPUTI, 2016, 391).

O amadurecimento do Serviço Social no Brasil é expressão de mobilização social e repercute a própria história do desenvolvimento capitalista no país. Indissociável ao processo de controle social imposto pelo Estado, na era dos monopólios, o trabalho das assistentes sociais ocupa o espaço da legitimidade profissional, sobretudo a partir da década de 1930. Dialeticamente favorecida pelo contexto da Ditadura Militar, já na década de 1960, as assistentes sociais se aproximam de vertentes críticas e incluem a dimensão científica, intelectual, à rotina tecnicista.

Na efervescência da resistência popular ao regime autoritário militar, em contexto de Guerra Fria no mundo e outras ditaduras na América Latina, a convergência às teorias comunistas e marxistas favorece a compreensão de unidade de classe entre estudantes, trabalhadores, artistas em marcha pela redemocratização e pautando novos direitos. Nesse interím a categoria de Serviço Social é também sensibilizada entre seus diversos atores profissionais a reconstruírem coletivamente a identidade profissional relacionando com um novo direcionamento político – a emancipação humana.

Logo, ao desenrolar das lutas sociais em conquistas para as classes populares, percebemos o quão dialético a história é construída inerentemente pela ação humana. Assim podemos acompanhar a gênese do Serviço Social enquanto profissão aos dias atuais em paralelo à sociabilidade, em constante fortalecimento intelectual e entendimento sobre o seu papel político, ético e profissional inserido na e com a classe trabalhadora.

Valendo-nos do exposto reforçamos que as competências e atribuições das assistentes sociais nas políticas migratórias estão direcionadas ao trabalho social com famílias, orientação sobre acesso aos direitos, defesa da liberdade e autonomia como valores centrais, interfaces culturais, ou seja, é o conjunto de referências que nos respaldam em quaisquer espaços socio-ocupacionais, generalistas ou não, desde que observado o Código de Ética e todo o arcabouço do Projeto Ético Político do Serviço Social.



Por essas razões a introdução do estágio supervisionado no CRAI somente valorizou tanto a formação em andamento da estudante, como a formação continuada da assistente social. Além de ampliar possibilidades e reflexões inclusive para a instituição à medida que estudante e profissional coletivamente puderam reforçar a dimensão pedagógica e intelectual que tange o Serviço Social entre os demais sujeitos institucionais, e certamente aperfeiçoando o processo ensino-aprendizagem através dos encontros com diálogos, pesquisa, debates, leituras, estudos sociais no contexto das políticas sociais e das famílias.

Incentivamos a supervisão de estágio em prol da defesa da educação de qualidade e da formação continuada em Serviço Social, valorizando a unidade teoria-prática que por sua vez estimula a práxis profissional crítica, considerando a totalidade da produção de relações sociais. Elemento fundamental para o desvelamento das aparências intrínsecas à rotina cotidiana potencializada pelas burocracias institucionais, correlações de forças, prejuízos de direitos sociais em primazia de política neoliberal. Todavia, campo fecundo para o trabalho profissional.

6. REFERÊNCIAS

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social: com base no currículo mínimo aprovado em assembleia geral extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.

_____. Política Nacional de Estágio em Serviço Social. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311145368198230.pdf.

Acesso em: 22 de março de 2022.

BABIUK, Graciele Alves; FACHINI Flávia Granzotto. Estágio Supervisionado em Serviço Social: Entraves e Avanços para Formação Profissional. Seminário Nacional de Serviço Social e Política Social — Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

BARROCO, Lúcia Maria Silva; TERRA, Sylvia Helena Terra. **Código de Ética Comentado.** São Paulo: Cortez. 2012.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história.** São Paulo: Cortez, 2016.

BRASIL. Lei nº 8.662 de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília, DF, 1993. Disponível em: planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm. Acesso: 20 de fev de 2022.

CAPUTI, Leslieane. Supervisão de estágio em Serviço Social: significâncias e significados. In:



Revista Katálysis, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 389-394, out./dez. 2016.

CFESS. Resolução Normativa nº 533 de 2008. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao533.pdf>. Acesso em: 22 de março de 2022.

DEFENDI, Cláudia; CORDEIRO, Sália. CRAI Ocupa: trabalho social com imigrantes em ocupações. In: **Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: Desafios Contemporâneos**; Seminário Nacional de Território e Gestão de Políticas Sociais; Congresso de Direito à Cidade e Justiça Ambiental, III, IV, III, 2019, Londrina PR, Anais.

FILHO, Hermógenes Saviani. A era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade. Campinas: **Economia e Sociedade**, v.22, n.3 (49), p.855-860, 2013. Disponível em: [researchgate.net/publication/262512007_A_Era_Vargas_developimentismo_e_sociedade](https://www.researchgate.net/publication/262512007_A_Era_Vargas_developimentismo_economia_e_sociedade). Acesso: 02 de mar. 2022.

FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda. “Na prática a teoria é outra”. In: **Serviço Social: temas, textos e contextos**. (Orgs) FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 5ªed. 2016, p. 09-30. Disponível em: <http://www.uel.br/cesa/sersocial/pages/arquivos/FORTI%20Valeria%20e%20GUERRA%20Yolanda.%20Na%20pratica%20a%20Teoria%20e%20outra.pdf>. Acesso em 28 de mar. de 2022.

GUERRA, Yolanda. Coletânea Nova de Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 5 ed. 2016.

HELLER, Agenes. **O cotidiano e a história**. 11 ed. Rio de Janeiro e São Paulo: Paz&Terra, 2016.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez., 2006. 19ªed.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche**. São Paulo: Cortez, 2015, 9ª ed.

LANZA, Líria Maria Bettiol; FAQUIN, Evelyn Secco. Migração e Cultura: apontamentos para o exercício profissional. In: **Estado, política social e serviço social: um balanço crítico**. (Orgs): MARTINS, Valter; DUTRA, Adriana Soares. Rio de Janeiro: Autografia Edição e Comunicação Ltda. 2021.

MEDEIROS, Moíza Siberia Silva de. Os fundamentos da relação teoria e prática no estágio em Serviço Social. In: **R. Katál.**, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 351-360, out./dez. 2016.

MESEZES, Maria Thereza; LUSTOSA, Maria das Graças. Reflexões sobre o Ensino da Prática no Serviço Social e os Impasses para a Consolidação do Projeto Ético-Político Profissional.



In: **Serviço Social: temas, textos e contextos**. (Orgs.). FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda. Coletânea Nova de Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2016. 5 ed.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Ditadura Militar e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2015. 17^o ed.

_____. Introdução ao método na teoria social. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS. 2009.

_____. Uma Face Contemporânea da Barbárie. In: **Novos Rumos**. Marília/SP: v.50, n.1, 2013. Disponível em:

<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/3436>. Acesso em: 17 fev 2022.

ORTIZ, Grave Fátima. Desafios Contemporâneos para o Processo de Estágio e Supervisão em Serviço Social. In: **Serviço Social: temas, textos e contextos**. (Orgs.). FORTI, Valéria; PEREIRA, João Baptista Borges. Os imigrantes na construção histórica da pluralidade étnica brasileira. In: **REVISTA USP**, São Paulo, n.46, p. 6-29, junho/agosto 2000.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. In: **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 107, p. 420-437, jul./set. 2011.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/xJZpht8LVT96vSvn7cPNQMR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 28 de mar. de 2022

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. Companhia das Letras: 2019

SILVA, Anália Barbosa. SILVA, Diego Tabosa. JUNIOR, Luiz Carlos de Souza. O Serviço Social no Brasil: das origens à renovação ou o “fim” do “início”. **4^o Simpósio Mineiro de Serviço Social**, 2016.

SOARES, Thaís Lisboa. **A influência do Neotomismo no surgimento do Serviço Social brasileiro**. Rio de Janeiro, 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. Escola de Serviço Social.

Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/8263/1/TSoares.pdf>. Acesso em 20 de fev. de 2022.

SOUZA, Rafaella Peres Ennes de. **Trajetórias Migrantes em São Paulo: o espaço político do direito à cidade e à cidadania**. São Paulo, 2021. Dissertação de Mestrado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2021.